

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL: uma análise da Estratégia Nacional de Educação Financeira

*Pâmella Souza**
(UFRJ, Brasil)

*Bruno Gawryszewski***
(UFRJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v9i14.918>

Resumo: Este artigo busca analisar quais são os fundamentos ideológicos que sustentam a elaboração de estratégias de educação financeira, investigando o papel central que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem neste trajeto. Analisa-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil como política educacional que se adequa aos imperativos dos organismos internacionais. Assim, sustentado no materialismo histórico, este trabalho, através de uma análise de documentos oficiais, almeja evidenciar como a ENEF tem como premissa formativa a subjetividade neoliberal pautada pela empresa e marcada pela cadência do mercado financeiro, a fim de forjar indivíduos flexíveis e resilientes e, conseqüentemente, funcionais ao padrão de acumulação capitalista.

Palavras-Chave: Educação Financeira. Financeirização. Neoliberalismo.

FINANCIAL EDUCATION AND FORMATION OF NEOLIBERAL SUBJECTIVITY: an analysis based on Brazilian National Financial Education Strategy

Abstract: This article therefore aims to analyze the ideological foundations that underpin the development of financial education strategies, investigating the central role played by the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) in this process. The Brazilian National Financial Education Strategy (NFES) is analyzed as an educational policy developed adapts to international organizations imperatives. Thus, based on historical materialism, this work, through an analysis of official

* Bacharela em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ). Integrante do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX). ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-1542-3544>, E-mail: pamellatmpsouza@gmail.com

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua como docente na Faculdade de Educação da UFRJ, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e o Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7974-1711>, E-mail: brunogawry@gmail.com

documents, aims to show how NFES's formative premise is a neoliberal subjectivity guided by the company and marked by the cadence of the financial market, in order to forge flexible and resilient individuals and, consequently, functional to the pattern of capitalist accumulation.

Keywords: Financial Education. Financialization. Neoliberalism.

EDUCACIÓN FINANCIERA Y FORMACIÓN DE LA SUBJETIVIDAD NEOLIBERAL: un análisis basado en la Estrategia Nacional de Educación Financiera del Brasil

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los fundamentos ideológicos que sustentan el desarrollo de estrategias de educación financiera, investigando el papel central desempeñado por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) en este proceso. Se analiza la Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF) de Brasil como una política educativa desarrollada que se adapta a los imperativos de los organismos internacionales. Así, basándose en el materialismo histórico, este trabajo, a través de un análisis de documentos oficiales, pretende mostrar cómo la premisa formativa de ENEF es una subjetividad neoliberal guiada por la empresa y marcada por la cadencia del mercado financiero, con el fin de forjar individuos flexibles y resilientes. y, en consecuencia, funcional al patrón de acumulación capitalista.

Palabras clave: Educación Financiera. Financierización. Neoliberalismo.

Introdução

É cada vez mais comum nos depararmos com reportagens nos veículos de imprensa ou publicidade nas redes sociais que difundam uma suposta importância da educação financeira. Geralmente apresentada de maneira simplificada e naturalizada, o argumento que fundamenta essa pretensa relevância parece repousar na constatação de que, considerando que vivemos em relações econômicas financeirizadas, logo seria indispensável que cada cidadão seja bem instruído, pois, pautado por uma lógica de comportamento e atitude individual, esse indivíduo teria melhores condições para participar da inevitável sociedade consumista e realizando as melhores escolhas para si¹.

O descompasso entre os avanços dos instrumentos financeiros e a instrução dos cidadãos é o argumento usualmente utilizado pelos defensores da difusão da educação financeira (Brasil, 2017). Termos como *inclusão financeira/exclusão financeira* permeiam esse debate não é de hoje, mas a diligência que os formuladores dessas empreitadas têm com a "bancarização" dos indivíduos não ocorre ao acaso. Para possibilitar o funcionamento do modo de produção capitalista de acordo com as novas demandas impostas pela expansão do setor financeiro, uma das marcas da restauração do capital ocorrida no último quartel do século passado, é essencial que mais pessoas adquiram produtos de bancos e demais instituições financeiras. Sobre isso, em 2017 a Federação

¹ Esse parágrafo foi construído a partir do léxico presente em páginas da internet de bancos e consultorias financeiras a respeito da educação financeira, mas não se coadunam com a perspectiva defendida pela autoria do texto, como se poderá constatar.

Brasileira de Bancos (FEBRABAN) divulgou uma pesquisa afirmando que a universalização da bancarização se tornou uma realidade no Brasil, pois a taxa de bancarização chegou a 90,4%. Entretanto este resultado não foi natural, mas resultante de anos de ações que incutiram a necessidade do acesso a produtos financeiros através dos bancos a “todos os estratos da população”, como estes próprios agentes afirmam (FEBRABAN, 2017, p. 23). Deste modo, procura-se formar o sujeito que ativamente possibilita a sociedade financeirizada que se pretende alcançar, com o argumento de que ela já existe e por isso cada pessoa deve se conformar a ela.

Que tais argumentos se originem de bancos, consultorias financeiras ou sites de jornalismo de massa com suas seções de economia não surpreende; contudo, chama atenção o destaque que a educação financeira tem obtido como componente curricular considerado essencial para a formação escolar reverberada por algumas das principais políticas educacionais dos últimos anos, tais como a Reforma do Ensino Médio (REM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com relação à primeira, tem sido recorrente constatar que a educação financeira tem se constituído como componente obrigatório, em especial em cursos com ênfase em empreendedorismo; em relação à segunda, tornou-se tema transversal que deve ser abordado durante toda a educação básica.

Embora não tenha obtido a mesma visibilidade do que as políticas educacionais supracitadas, desde 2010 vige uma política elaborada pelo Estado brasileiro para implementar e difundir iniciativas sobre educação financeira em todo país, com ampla participação de instituições públicas e entidades privadas, a saber a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Esta ação governamental foi estabelecida por meio do Decreto nº 7.397/2010 (e atualizada pelo decreto nº 10.393/2020), com o intuito de mobilizar ações que privilegiam a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país (Brasil, 2010; Brasil, 2020). Se no seu primeiro decênio de vigência a ENEF foi mais discreta em termos de evidência, nos últimos anos o tema da educação financeira tem sido objeto de maior relevância, tanto por conta da evidência que as frações burguesas lhe têm atribuído quanto pela sua continuidade mesmo em governos distintos². Tal fato nos faz crer que se trata de uma política de Estado em curso que colabora para a configuração de uma nova realidade educacional, pautada pela cadência do mercado financeiro.

A ENEF foi elaborada num momento de avanço das políticas de austeridade no mundo, decorrentes da crise de acumulação e reprodução do capital em 2008 no centro do capitalismo. O léxico norteador da austeridade preconiza que a adoção dessas medidas seria condição primordial para que os países pudessem desfrutar das transações financeiras em curso, sendo bem quistos pelas agências de risco, tão importantes para definir qual nação é ou não confiável, em meio ao crescimento desmedido da financeirização (Blyth, 2017).

Neste processo, a ofensiva do capital se avultou sobre a educação, devido à busca por novos espaços de valorização financeira. Assim, a elaboração de uma política educacional que tenha como objetivo difundir a educação financeira que procura tanto formar a mentalidade dos jovens estudantes quanto instruir os trabalhadores a se verem como investidores nos parece corroborar para a construção de uma subjetividade parametrizada

² Em 2010, a ENEF foi promulgada sob a presidência de Lula da Silva; já em 2020, sob a presidência de Jair Bolsonaro (Brasil, 2010; 2020).

pela racionalidade neoliberal. Afinal, a educação financeira que está de acordo com a ENEF é aquela que atua para e pela “sociedade de mercado”, tão defendida pela ortodoxia neoliberal. Trata-se, portanto, de uma tentativa de adaptação psicofísica do trabalho, como apontava Gramsci (2015), para validar uma nova forma de sociabilidade, naturalizando as relações capitalistas vigentes.

Debruçar esforços em compreender a estrutura de funcionamento da ENEF e os sentidos pedagógicos que norteiam a difusão da educação financeira é um passo importante para desmistificar a ideologia da educação financeira, que contribui para a formação de uma juventude “resiliente” ao mercado e, portanto, submissa e funcional a ele (Krawczyk; Oliveira, 2021). Em um país que 77,4% das famílias, no segundo semestre de 2023, encontravam-se endividadas e 30, 2% inadimplentes, conforme demonstrou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (CNNBRASIL, 2021), é compreensível, embora não natural, que tal discurso ganhe aderência tanto no senso comum como no meio acadêmico.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar quais os fundamentos ideológicos que sustentam a elaboração da educação financeira como uma política educacional elaborada no Brasil que se adequa aos imperativos internacionais. Busca-se compreender como a educação financeira ganha destaque em uma sociedade marcada pela financeirização e pelo neoliberalismo, investigando quais são os sujeitos – públicos e privados – que se empenham para sua materialização através da ENEF, a fim de compreender qual trabalhador se planeja formar.

Como a educação financeira não pode ser analisada fora da lógica de funcionamento do próprio sistema capitalista, esta pesquisa busca analisar a ENEF e a educação financeira proposta por ela através do referencial marxiano e marxista. Para interpretar a realidade, precisamos de uma teoria que historiciza o desenvolvimento da sociedade, buscando sempre enxergá-la em seu tempo, relacionando-a com diversos fatores que nem sempre estão na aparência. Assim, para construir criticamente nosso objeto se faz necessário considerar suas determinações e contradições, identificando as leis que influenciam a elaboração e propagação de uma educação financeira. Compreender as relações sociais que estão subordinadas à lógica do modo de produção capitalista nos capacita a pensar em formas de superar este sistema. Deste modo, o materialismo histórico é um referencial tanto teórico quanto prático que nos possibilita este percurso. Para tanto, o artigo está estruturado de tal forma: 1) a financeirização é entendida como ponto de partida para compreender o atual estágio do padrão de acumulação capitalista; 2) a atuação da OCDE como intelectual coletivo do capital na elaboração e difusão de recomendações para a educação financeira; 3) a criação da ENEF no país; 4) a educação sob a racionalidade neoliberal; por fim, as considerações finais.

A “financeirização” como ponto de partida

Para compreender a ENEF é preciso, anteriormente, analisar a configuração do atual momento da acumulação capitalista sustentada na reestruturação produtiva, na financeirização e no neoliberalismo. Após a crise dos 'anos dourados', o capital buscou

expandir-se sobre áreas que anteriormente não haviam sido tão exploradas, a fim de retomar o crescimento das taxas de lucro. A necessidade de diversificação dos investimentos impulsionou a busca pela lucratividade nos mais variados setores, inclusive no educacional e nas políticas sociais, o que impactou toda vida em sociedade. Este movimento causou a impressão de que o universo financeiro se espalhou para todas as áreas de sociabilidade. Neste sentido, é muito comum ouvirmos discursos de que vivemos em uma sociedade extremamente “financeirizada”.

A tese neoliberal, especialmente a partir dos anos 1990, realmente fomentou a abertura e desregulamentação profunda dos mercados financeiros, imprimindo uma característica própria ao capitalismo contemporâneo (Carcanholo, 2010). Essa alteração na lógica de apropriação do capital foi propiciada pela abertura das economias atreladas a uma liberalização financeira, expansão dos mercados devido à globalização, ampliação do valor produzido pelos países periféricos apropriado pelas potências centrais por meio dos juros galopantes da dívida externa e contínua transferência de lucros e dividendos através do investimento direto externo (Carcanholo, 2011). Esse conjunto de medidas proporcionou uma autonomia relativa da esfera financeira, tornando-a, deste modo, objeto de investigação de muitos estudiosos.

Amparado na análise marxiana e marxista, destaca-se o capital fictício, forma autonomizada do capital que se origina a partir da exacerbação da lógica do capital portador de juros, como categoria central para a compreensão deste processo. Ao contrário do capital portador de juros, que mantém uma conexão direta com o capital produtivo ao financiá-lo – pois sem isto o capital produtivo nem poderia se concretizar (Painceira; CARCANHOLO, 2009) –, o capital fictício opera com uma dinâmica distinta, onde o montante original não está necessariamente voltado para a produção de mais-valor. A economista Leda Paulani (2009, p. 28) argumenta que o capital fictício é “tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal”. Assim, sua base de atuação é a expectativa sem um esteio real como contrapartida. A oscilação de seus valores de mercado não aparenta possuir relação com o capital efetivo que alegam representar, movendo-se segundo o grau de incerteza daqueles que se deparam com esses títulos.

Essa lógica desenfreada parece capaz de se multiplicar indefinidamente em uma dinâmica de apostas sobre apostas, sem limites preestabelecidos. Porém, esses limites se explicitam quando ocorrem as crises financeiras, pois embora o sistema de crédito multiplique o capital existente, a maior parcela é fictícia. Essas mudanças na esfera financeira – sustentadas na desregulamentação e na proliferação de inovações financeiras – que ganharam força no final do século XX ensejaram o crescimento expressivo “de novos instrumentos desse capital fictício, assim como a expansão brutal da massa de valor desse tipo de capital” (Carcanholo, 2010, p. 6). Como a esfera financeira se tornou espaço privilegiado na dinâmica de acumulação do capital, foi – e continua sendo – preciso que cada vez mais pessoas adentrem nessa lógica “financeirizada”, através do consumo de produtos financeiros.

Neste sentido, a educação financeira aparece como uma ideologia cara ao momento atual de reprodução do capital, pois tem a pretensão incutir em cada pessoa a necessidade de ‘aprender’ a lidar com o universo financeiro para poder usufruir dele da melhor maneira, a fim de ser bem-sucedido. Não é à toa que, atualmente, quando parte dos trabalhadores conseguem poupar uma parcela dos seus salários – o que é raro, devido aos baixos salários

e condições precárias de emprego, marcas da sociedade neoliberal –, eles passam a questionar onde deveriam aplicar. Deste modo, é incentivado adentrar no “terreno do capital fictício” de forma que até “os trabalhadores se sentem proprietários de um capital”, como explica Carcanholo (2008, p. 13). Para garantir a manutenção dessa hegemonia, foi preciso a atuação de intelectuais coletivos do capital para propagar formas de ser e agir úteis ao momento atual da acumulação capitalista nos mais variados países. No que tange à educação financeira, um organismo internacional se destacou nesse processo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A atuação da OCDE como intelectual coletivo do capital na elaboração de estratégias de educação financeira ao redor do globo

Os organismos internacionais ganharam destacado papel no desenvolvimento de políticas públicas ao redor do mundo. Essas agências multilaterais atuaram, desde sua criação, com o intuito de garantir a formação e consolidação de projetos hegemônicos da classe dominante de forma mediatizada. Desta forma, podem ser considerados 'prepostos' desta classe; logo, intelectuais coletivos orgânicos do capital. Essas associações, ao disseminarem a ideologia dominante, atuam organizando cultura, política e economicamente a sociedade, contribuindo, de tal forma, para a manutenção da sociedade capitalista. Pelo fato de contarem com a participação de vários países, mas não serem 'posse' de nenhum deles, parecem não possuir qualquer vínculo com as potências imperialistas. De acordo com Virgínia Fontes (2010, p. 174), essa atuação enquanto “entidades privadas não diretamente lucrativas” que não carregavam o “fardo das decisões governamentais de seus próprios países” foi justamente o que permitiu a vasta difusão de “certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar” que não seriam tão facilmente possíveis caso “estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais que incidiam sobre atividades diretamente econômicas, vigentes para a instalação de empresas” (Fontes, 2010, p. 174). Assim, como estas agências multilaterais se apresentam como uma integração de várias nações que atuam em prol de um “bem comum”, são reconhecidas como vitais para o desenvolvimento nacional e global.

Num contexto de avanço das ideias neoliberais, da globalização financeira e dos meios de comunicação, foi gerado o cenário propício para que as exigências desses organismos se materializassem em receituários para o desenvolvimento nacional, especialmente nos países do sul global. Esse trajeto pode ser amplamente percebido no âmbito educacional, em que se percebe a ingerência de agências, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, na busca pela conformação e orientação das diretrizes escolares. Nos últimos anos, um organismo internacional que tem ganhado bastante destaque na área da Educação é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente por conta da relevância que o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) possui no cenário mundial. Analisar a elaboração da ENEF e da construção da valorização da educação financeira perpassa, necessariamente, por uma investigação acerca dos esforços que a OCDE empreendeu desde o início dos anos 2000 para que isso ocorresse.

No bojo das transformações do capitalismo contemporâneo, em um momento no qual a dinâmica do capital fictício se ampliou, e a necessidade de bancarização dos indivíduos

aumentou, a criação de um projeto de educação financeira apareceu como uma solução da OCDE, em consonância com o desejo das potências nacionais que fazem parte do seu corpo de membros, para orientar os cidadãos a 'desfrutarem' das benesses deste novo mundo 'financeirizado'. Segundo a própria Organização, a evolução do mercado financeiro e a complexificação de seus produtos tornava imperativo uma orientação financeira para a população (OCDE, 2004). Neste sentido, para dar conta de um mercado cada vez mais complexo, ainda nos anos 2003-2004, a OCDE desenvolveu o Projeto de Educação Financeira (*Financial Education Project*), que tinha como objetivo estudar os programas de educação financeira desenvolvidos nos países membros e em alguns países não-membros (OCDE, 2004). A intenção era desenvolver um inventário para produzir um relatório sobre o estado da alfabetização e educação financeira nos países que compõem a organização. Este esforço inicial visava reunir e formar as bases para um receituário de educação financeira que deveria ser seguido por todos os países membros e não-membros que almejam ser bem quistos por esta instituição. A partir desse projeto embrionário foi elaborado o documento *Improving Financial Literacy Analysis of Issues and Policies* (OCDE, 2005a) que possui o apêndice intitulado *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira em 2005* (OCDE, 2005b) que serviu de base para as estratégias de educação financeira que seriam desenvolvidas em diversos países, incluindo o Brasil.

Este documento seminal da OCDE defende que os indivíduos devem ser financeiramente educados para garantir não só o bom funcionamento do mercado financeiro na sociedade, mas de toda a economia. A educação financeira aparece, portanto, como algo indispensável à manutenção do modo de produção capitalista na contemporaneidade. Como no projeto anterior havia sido constatado através de pesquisas que os cidadãos – entendidos sempre como consumidores – possuíam baixos níveis de alfabetização financeira, eles careciam de “conscientização sobre a necessidade de serem financeiramente educados” (OCDE, 2005b, p. 3). Desta forma, as recomendações buscavam dar conta desta situação. Sendo assim, este documento, baseado na proposta do Comitê de Mercados Financeiros, incita os países não membros a levarem em consideração tais recomendações e boas práticas entre as instituições públicas e privadas (com e sem fins lucrativos) envolvidas em educação e conscientização financeira (OCDE, 2005). Como o Brasil não faz parte da OCDE, ele se encaixa neste 'convite', que, embora assim seja apresentado, parece mais uma imposição, uma vez que para manter bom relacionamento com a organização e assim desfrutar de sua parceria, precisa se adequar às suas exigências.

De acordo com a instituição,

A educação financeira pode ser definida como "o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tomarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro". (OCDE, 2005b, p. 5).

Esta definição – a mesma que foi utilizada pela ENEF posteriormente com pequenos ajustes – enxerga os cidadãos como “consumidores/investidores financeiros” que objetivam melhorar seu “bem-estar financeiro”. Com isso, faz parecer que para educar financeiramente a população basta transformar os indivíduos em consumidores que sejam conscientes de produtos financeiros, pois assim obterão bem-estar financeiro, sem nem

considerar questões estruturais postas na sociedade, as quais muitas vezes o impedem de vivenciar isso.

A OCDE defende ainda que “a educação financeira deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício” e que por isso deve ser iniciado na escola, uma vez que “as pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas” (OCDE, 2005b). Ou seja, a educação financeira é um processo contínuo que tem na escola um lugar privilegiado para ser desenvolvido. Lembremos, contudo, que a OCDE é uma organização econômica e que, como percebido na sua definição de educação financeira, defende uma concepção economicista da educação. Com a constatação de que o espaço escolar permite a aproximação das pessoas com uma educação financeira, não uma qualquer, mas a defendida pelos países membros desse organismo, “o mais cedo possível”, a OCDE demanda dos países membros e especialmente dos não-membros a inclusão deste conteúdo em sala de aula.

Percebe-se que a educação financeira é um tema relevante para os países membros da OCDE. Na verdade, o empenho deles na difusão dessa ideologia ao redor do globo e a “preocupação” com os países do sul global – que fica evidente com a criação do Centro de Educação Financeira para a América Latina e o Caribe em 2016, em acordo firmado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a OCDE – demonstra como é essencial para a dinâmica de acumulação do capital que os países da periferia do capitalismo adotem essas medidas.

A criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil e a subordinação aos interesses da OCDE

O Brasil começou a traçar estratégias para desenvolver políticas que fomentam a educação financeira no país a partir da divulgação da “Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira”. Deste modo, em 2007, através da Deliberação nº 3 de 31 de maio, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC³) – composto por Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – instaurou um grupo de trabalho (GT) para elaborar uma estratégia de educação financeira nacional. Além dos agentes do COREMEC, também participaram entidades privadas convidadas e a responsável pela coordenação do grupo foi a CVM.

Em 2009, os esforços deste GT foram concluídos e expostos no Rio de Janeiro na conferência internacional organizada pela OCDE, a OECD – *Brazilian International Conference on Financial Education*, coorganizada pela CVM e OCDE, que ocorreu em dezembro deste mesmo ano. Na mesa de abertura, o economista Kenneth Coates, diretor do Centro de Estudos Monetários Latinoamericanos (CEMLA⁴), o qual já havia trabalhado como economista no Fundo Monetário Internacional (FMI) e diretor executivo do Banco

³ Órgão ligado ao Ministério da Fazenda, criado pelo Decreto nº 5.685/2006 (Brasil, 2006).

⁴ Criado em 1952, é a associação dos bancos centrais de países da América Latina e Caribe. Seu estreitamento com o Banco Mundial, FMI e demais organizações é destacado na página inicial de seu sítio online (CEMLA, 2023).

Mundial, discursou sobre os temas e desafios para o desenvolvimento da educação financeira na América Latina, e não deixou dúvidas sobre o interesse das instituições bancárias e financeiras na disseminação da educação financeira. Ao perguntar “Por que um banco central está interessado em educação financeira e econômica?”, admitiu que a função de educar não é tarefa de um banco central, mas que neste caso ela é muito importante, pois “a estabilidade do sistema financeiro e da moeda pode ser substancialmente melhorada por uma sociedade (financeiramente) educada” (OCDE, 2009a, p. 3, tradução nossa,). Na sequência, defendeu ainda que “é evidente que cidadãos educados e informados que tomam decisões econômicas e financeiras sólidas – e que apoiam a autonomia do banco central – contribuem para a estabilidade macroeconômica, que é um pré-requisito para um ambiente propício ao crescimento e ao desenvolvimento” (OCDE, 2009a, p. 5, tradução nossa).

Seguindo a tônica neoliberal, a defesa da autonomia do banco central e da austeridade macroeconômica são requisitos necessários para o crescimento e desenvolvimento econômico, demarcando assim qual educação financeira é funcional a manutenção da sociedade do capital num regime de acumulação fictícia.

O responsável por representar o Brasil e expor as medidas que estavam sendo traçadas no país nesta conferência foi José Alexandre Cavalcanti Vasco, da CVM. Em sua fala, destacou que, para a construção de uma estratégia nacional de educação financeira, era essencial o desenvolvimento de parcerias entre “governo, setor privado e sociedade civil” e que o foco principal deveria ser “crianças e jovens nas escolas” (OCDE, 2009b, p. 7, tradução nossa). Alinhado ao pensamento desta organização, e consequentemente do Banco Mundial e do FMI, aponta o crescimento do mercado como meta principal da estratégia. Ademais, assume a inclusão financeira, tão defendida pela OCDE, como área prioritária, através da ampliação de pessoas no sistema bancário e principalmente na aquisição de produtos financeiros. A intenção de receber financiamento de organismos internacionais e de fomentar parcerias com o setor privado ficaram nítidas, assim como a submissão a uma constante avaliação pela OCDE, especialmente por definir como fonte da estratégia a *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira* da instituição. Assim, a conferência selou a cooperação entre Brasil e OCDE, garantindo o objetivo de disseminar a educação financeira em toda América Latina.

Praticamente um ano após a esta conferência, a ENEF foi criada no Brasil no dia 22 de dezembro a partir do decreto nº 7.397 de 2010. Após 10 anos, ela foi recentemente atualizada com a criação da Nova ENEF a partir do Decreto Federal nº 10.393 em 9 de junho de 2020, durante a pandemia, mostrando sua atualidade. Com este novo decreto, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) foi substituído pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), instância responsável pela direção, supervisão e pelo fomento da nova ENEF. O FBEF é constituído pelos seguintes órgãos: Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia (STN); Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENACON); Ministério da Educação (MEC). Este tem como principais atribuições:

- I – implementar e estabelecer os princípios da ENEF;
- II – divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;
- III – compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e
- IV – promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (Brasil, 2020).

Essa estratégia é apresentada como “uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil” (Brasil, S.D) cujo objetivo é “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.” (Brasil, 2010). Ela é estruturada em dois tipos de Programas: setoriais – os quais são desenvolvidos pelos membros do FBEF – e transversais – que não são exclusivos do FBEF, podendo ser elaborados por 'parceiros' da estratégia, desde que de acordo com os princípios da ENEF, os quais são coordenados de forma centralizada, mas podem ser executados de forma descentralizada. As principais informações sobre a ENEF encontram-se no site *Vida e Dinheiro*, como seu Plano Diretor e demais anexos que guiam suas ações. O conceito de Educação Financeira utilizado pela ENEF é o desenvolvido pela OCDE, com pequenas adaptações.

A ENEF, portanto, é uma política pública que está em vigor desde 2010 e que é apresentada como um caminho para a promoção da educação financeira em todo país, através de diversas ações – centralizadas ou descentralizadas, desde que estejam de acordo com seus princípios -, contribuindo, segundo seus defensores, para o fortalecimento da cidadania e, conseqüentemente, para a solidez do mercado financeiro. Considerando ambos os decretos, a estratégia está vigente há cerca de 13 anos no Brasil, atuando como a resposta brasileira às 'recomendações' da OCDE de se educar financeiramente a população. Através da análise de sua capilaridade e relevância em todo território nacional, nota-se que no período mais recente o tema ganhou mais destaque, especialmente com o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a Reforma do Ensino Médio.

Esta estratégia foi instituída após discussões envolvendo organismos públicos e privados para que o Brasil estivesse conforme as normas da OCDE. Instaurar estratégias nacionais de educação financeira foi, em âmbito internacional, um projeto que tinha como objetivo estabelecer práticas e recomendações a fim de impactar as políticas nacionais, especialmente após a crise financeira de 2007/2008. Se adequar às pretensas soluções e instruções da OCDE se fazia necessário para manter um bom relacionamento com a instituição e seus países membros. A posição estratégica do Brasil na região, inserido na espiral capital-imperialista de maneira subordinada (Fontes, 2010), se mostrou de grande interesse para a OCDE, que desde 2009 intensificou ações em terras brasileiras para a disseminação da educação financeira em toda América Latina.

A educação sob a racionalidade neoliberal: a educação financeira como miragem

Pelo exposto até aqui, é possível notar que a ENEF apresenta a educação financeira como a panaceia para resolver os problemas financeiros de cada indivíduo e, conseqüentemente, de toda sociedade. Num processo que desconsidera as condições estruturais do sistema capitalista, apresenta-se uma pretensa solução que, na verdade, ilude aqueles que nela acreditam; por isso, trata-se de uma miragem. Na verdade, a ENEF reforça a ideia de que cada estudante deve se tornar disseminador do conhecimento financeiro de forma a impactar todo seu entorno, defendendo que os ensinamentos propostos pela educação financeira devem alcançar todas as pessoas. Deste modo, atua a fim de conformar uma agenda internacional de projeto de sociedade (Cunha, 2020). A escola, primordial nesta empreitada, é o caminho para produzir indivíduos que sirvam ao mercado de trabalho e aos mercados de novos produtos e serviços e que precisam de expansão nesta nova etapa do sistema de produção capitalista.

Sendo assim, a educação financeira não se encontra sozinha. Na verdade, ela faz parte de um escopo mais amplo, no qual objetiva-se a formação de uma subjetividade neoliberal uma vez que é preciso continuamente adequar as pessoas a sociedade que se pretende formatar. Como destaca Gramsci (2015), ao abordar a temática da adaptação psicofísica do trabalhador, é basilar que as pessoas tenham acesso a um gama de procedimentos, conhecimentos e valores para que seja legitimada uma forma de sociabilidade para além das mudanças estritamente laborais. É preciso que as classes aprendam as crenças e costumes que permitam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Em suas palavras,

é preciso referir-se às relações técnicas de produção, a um determinado tipo de civilização econômica que, para ser desenvolvido, requer um determinado modo de viver, determinadas regras de conduta, um certo costume. É preciso convencer-se de que não só é "objetivo" e necessário um certo instrumento, mas também um certo modo de comportar-se, uma certa educação, um certo modo de convivência, etc. (Gramsci, 2015, p. 56).

O objetivo não é formar apenas para o trabalho, mas também moldar ideologicamente a população para aceitação da sociedade que se pretende construir. Em uma sociedade "financeirizada", a educação financeira aparece, logicamente, como um componente ideológico importante para incutir nas pessoas determinadas regras de conduta que sustentam a subjetividade neoliberal. Mas que subjetividade seria essa?

Após a crise experimentada pelo sistema capitalista nos anos 1960 e 1970, adotou-se um padrão de acumulação mais flexível e liberalizante. Pela perspectiva marxista, as crises são cíclicas e inerentes a este sistema. Contudo, suas conseqüências e desdobramentos fazem parte de um determinado contexto histórico. Assim, o capitalismo contemporâneo é resultante das formas anteriores que havia assumido o modo de produção capitalista até o último quartel do século XX. Nesta circunstância de ruptura, a resposta à crise foi marcada pela busca por novos espaços de valorização, assim como pela ampliação e intensificação dos já existentes (Carcanholo, 2011). Um dos pilares da restauração do capital, que possibilitou a retomada das taxas de lucro, foi o neoliberalismo (Netto; Braz, 2006). Como a educação sob o capital objetiva formatar os indivíduos para se adequarem a forma de

produção e reprodução que se pretende obter, tornou-se vital para a continuidade da acumulação formar o cidadão neoliberal.

Nessa busca pela reorganização de toda a sociedade, as empresas e demais instituições necessitam de uma gama de comportamentos e relações de mercado distintas das que se praticavam anteriormente. É preciso um devir-outro dos sujeitos: enquanto o cidadão dos “anos dourados” do capitalismo era produtivo e calculador, o neoliberal deve ser competitivo e apto ao risco (Dardot; Laval, 2016). As “práticas subjetivadoras”, conforme explica Giovanni Alves (2008), passaram por uma alteração contundente devido a essas transformações estruturais na dinâmica capitalista. Uma das mudanças que foram primordiais para isto foi justamente a reestruturação produtiva.

Harvey (2011) explicitou como esta reestruturação no âmbito do trabalho se fez a partir de um regime de acumulação flexível que objetivava uma flexibilidade dos processos e mercados de trabalho assim como dos produtos e padrões de consumo. Essa mudança atrelada a uma alteração na gestão de pessoas buscou impulsionar um maior envolvimento da classe trabalhadora no ambiente de trabalho. Mas não era suficiente mudar somente a esfera produtiva para garantir a hegemonia do capital. Os ideólogos burgueses buscaram operar a destruição da identidade da classe trabalhadora ao promover uma devoção ao subjetivismo e individualismo em detrimento de uma atuação coletiva e social dos trabalhadores. Neste cenário, o trabalhador precisava se enxergar como sujeito ativo. Diferente do modelo taylorista-fordista no qual sua função era fragmentada e repetitiva, no toyotismo ele passa a ser um trabalhador “livre”, que tem “autonomia” em seu processo produtivo. Assim, cria-se uma lógica de trabalho pretensamente mais envolvente e consensual que na verdade é mais manipulatória (ANTUNES, 1995).

Afinal, como corpo e mente são elementos que compõem a subjetividade humana, ambos devem ser capturados e controlados. Contudo, há uma mudança na forma como a classe dominante conduz essa “captura” na acumulação flexível. Enquanto no modelo taylorista-fordista corpo e mente eram ‘separados’, na produção toyotista, “mente e corpo são mobilizados pelo capital para integrarem-se à produção do valor” (ALVES, 2008, p. 235). Esta transição pressupõe uma mudança na relação dos trabalhadores com seu corpo e sua mente. Logo, a elaboração de um novo nexos psicofísico que seja útil aos imperativos da reprodução é estimulada. A manipulação da subjetividade é tamanha nesta nova organização que atinge em cheio todas as dimensões da psique humana. Por este motivo, explica Alves, é de extrema importância se atentar para a “captura da subjetividade/intersubjetividade do trabalho”, pois esta se tornou o “nexo essencial da ideologia orgânica da produção de capital” (ALVES, 2008, p. 223).

A adesão dos sujeitos a determinado modelo de sociedade não está dada como ato voluntário ou natural. Se não foi nos seus primórdios, como explicou Marx (2013) no capítulo 24 de “O capital”, também não o seria com o advento do neoliberalismo. Por isso, cada norma de subjetivação continua a ser desenhada como uma “estratégia sem estrategistas” que visa educar mente e corpos, de forma cada vez mais intensa (DARDOT; LAVAL, 2016). O sujeito produtivo, moldado pelo utilitarismo, que busca sempre maximizar seu bem-estar e enxergava no trabalho o meio para isso, foi a marca do estágio imediatamente anterior de acumulação. No entanto, essa formação nunca foi homogênea. Não podemos esquecer a agência da classe trabalhadora e sua resistência aos ditames do capital, ainda que esse constantemente busque controlá-la. Sendo assim, alguns princípios

sociais e políticos foram alcançados – seja por lutas ou por conciliação – que atrapalhavam a acumulação do capital, ainda que a 'racionalidade do homem econômico' continuasse artificialmente separada do homem político.

Este aspecto já começa a mudar, segundo Dardot e Laval, com o neoliberalismo. Para eles, agora há uma homogeneização do discurso de forma que tudo se resume à empresa. Se anteriormente a separação – ideológica – entre política e economia era propagandeada e entendida como polos distintos e separados, a construção do sujeito-empresa “opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade que a democracia liberal (burguesa) permitiu que se conservassem e das quais sabia aproveitar-se para perpetuar sua existência” (Dardot; Laval, 2016, p. 331). Agora, constrói-se um sujeito 'unitário' que pode ser denominado como 'sujeito empresarial' ou 'sujeito neoliberal', cuja subjetividade deve estar completamente envolvida no que se pretende que ele faça.

Com essa 'unificação' do econômico e do político, temos uma formação/sujeição completa do indivíduo. Na empresa neoliberal o homem deve enxergar-se como sujeito ativo, plenamente engajado e entregue a sua atividade profissional. Não é ao acaso o termo 'colaborador' tão usual no jargão empresarial contemporâneo. Essas alterações no âmbito da linguagem não são menores porque a elaboração de novos léxicos é capaz de colaborar com a manipulação (Alves, 2008). Assim, “protagonismo” torna-se a palavra-chave e o envolvimento requerido é total. A realização pessoal se confunde com a profissional porque não existe mais separação.

Deste modo, a direção da conduta passa para o próprio indivíduo que se deseja direcionar. Ao separar as barreiras que antes existiam e com o discurso de que o indivíduo é único, todos os seus anseios e desejos se confundem intensamente, de forma que não fica mais evidente o que é o interesse do patrão e seu próprio. Esse movimento mascara o sentimento alienante com relação ao trabalho, marca distintiva da sociedade do capital. Como explicava Marx (2008), o trabalhador só se sente livre para desenvolver-se mental e fisicamente fora do trabalho, pois nele se sente contrafeito, uma vez que se trata de um trabalho imposto. É apenas um meio para satisfazer suas necessidades, não o fim. A virada estratégica no neoliberalismo foi justamente atacar qualquer sentimento de alienação, ainda que o trabalhador continue alienado. A racionalidade neoliberal produz dessa forma o sujeito que precisa e o controla “para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (Dardot; Laval, 2016, p. 332). A realização pessoal de cada indivíduo parece não estar exterior ao trabalho, mas dentro dele. Todos os anseios – pessoal, material e financeiro – se confundem e a empresa mostra-se como o caminho para alcançá-los.

Essa pretensa relação com a empresa não é casual. Um ataque constante aos direitos trabalhistas atrelado ao dismantling da seguridade social empurrou a classe trabalhadora para condições cada vez mais precárias de emprego. Esse panorama de instabilidade e desemprego, junto com o enfraquecimento dos sindicatos, proporcionou um cenário de temor social que fez com que este “engajamento” fosse mais bem aceito. Afinal, o neoliberalismo toma o 'risco' como algo próprio das relações sociais e faz com que cada indivíduo o internalize como algo natural, algo com que ele precisa lidar em todas as etapas da vida, desde criança. Cada cidadão deve se responsabilizar por suas escolhas, enquanto Estado e capitalistas são anistiados. Ao transferir o risco para o trabalhador, não

foi difícil para as empresas exigirem mais disponibilidade e comprometimento, como argumentam Dardot e Laval (2016). Para os pesquisadores,

a grande novidade do neoliberalismo reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes. Em uma palavra, a novidade consiste em promover uma "reação em cadeia", produzindo "sujeitos empreendedores" que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (Dardot; Laval, 2016, p. 333)

Trata-se de um ciclo de autoprodução da própria precariedade. Quando não um 'colaborador', o cidadão neoliberal é um 'empreendedor'. Sem um horizonte aparente de transformação social, vide as teses dos ideólogos do 'fim' – da história, do trabalho –, a sociedade neoliberal é compreendida como destino. O mundo é aceito como competitivo e cabe a cada um adaptar-se e fazer as melhores escolhas para ser bem-sucedido. Assim como a vida, a empresa é o antro da competitividade. Logo, é necessário que cada pessoa que queria adentrar no mercado de trabalho se destaque, seja melhor que o outro. A autocobrança é estimulada e cabe a cada um "cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado" (Dardot; Laval, 2016, p. 335). Tudo que fazem deve ser pensado como um investimento, passível de riscos, de acertos e erros, tanto que a Economia – e com ela, a educação financeira – aparece como um aprendizado indispensável, uma disciplina pessoal.

O que resume essa nova subjetividade, explicam Dardot e Laval (2016), é esta associação do homem com a empresa. Ela não se trata unicamente de um modelo, mas de uma atitude que deve ser perseguida por todos – crianças e estudantes, não apenas trabalhadores. A ética empresarial – que valoriza a competição, a 'entrega' e o sucesso – se torna a regra que deve reger as ações dos indivíduos. Ser bem-sucedido na vida pressupõe necessariamente o sucesso profissional. Novamente, a realização se desloca – de forma ilusória – para o trabalho. Todavia, essa ética não valoriza a abnegação, a abstinência. A aglutinação das aspirações individuais com as da empresa faz crer que cada trabalhador deve buscar dar o melhor de si porque ele é o agente central no desenvolvimento de seu espaço de trabalho. A intenção é que ele não se veja mais como um trabalhador, mas como uma empresa de fato. Trata-se de "uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, a ponto de aboli-lo como relação salarial. A responsabilidade do indivíduo pela valorização de seu trabalho no mercado tornou-se um princípio absoluto" (Dardot; Laval, 2016, p. 339). Cada trabalhador precisa melhorar seu portfólio, adaptando-se a toda demanda imposta. A flexibilidade se torna um imperativo e o cidadão neoliberal deve ser uma pessoa apta ao risco, que investe constantemente em si mesmo, e que enxerga a vida como uma constante aposta – por isso, quanto mais informado, mais bem-sucedidas serão suas escolhas, tais como a sua capacidade em lidar racionalmente com o dinheiro. Desse modo, ele se basta na forma de resolver seus problemas, sobretudo aqueles de ordem financeira, pois supostamente está educado para isso.

Considerações finais

O texto procurou evidenciar quão a educação financeira vem ganhando relevância daquilo que é entendido pela classe dominante como componente curricular indispensável da formação escolar contemporânea. Ainda que a educação financeira não tenha atingido um prestígio no mesmo patamar entre boa parte dos educadores, é também forçoso admitir que essa pauta tem conseguido ser difundida pelos meios de comunicação de massa, bem como uma razoável adesão de um senso comum que entende a necessidade de se ensinar “conteúdos práticos a serem aplicados no cotidiano”.

Como foi possível constatar, trata-se de uma ação fortemente apoiada pelos mais altos estratos da burguesia, tal como a Febraban; por intelectuais coletivos orgânicos do capital, especialmente a OCDE; e que está se materializando em política educacional sob a tutela do Estado brasileiro, desde 2010, através da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Se no seu primeiro decênio sua visibilidade foi mais comedida, nos últimos anos ganhou impulso através das principais reformas educacionais em curso, como a referente ao ensino médio e a BNCC.

A atuação hegemônica de organismos internacionais, com destaque para a OCDE, em conjunto com a atuação contundente do empresariado local possibilitou o fortalecimento de estratégias de difusão de educação financeira que, além de transferirem para “iniciativa privada capitais de investimentos capazes de movimentar ações no campo educacional”, também deflagraram formas de adaptação da subjetividade ao contexto neoliberal (Krawczyk; Oliveira, 2021).

Entendemos que a educação financeira é operada como uma ideologia funcional ao processo de acumulação e reprodução do capital, a fim de ser compreendida como componente natural do cotidiano e não como uma ação dirigida pela classe dominante. Para ser bem-sucedida, essa ação precisa incidir na subjetivação dos indivíduos, reivindicados que sejam necessariamente flexíveis, inovadores, abertos a novas experiências, resilientes e criativos na resolução de problemas por conta “das demandas do mercado”.

No entanto, como manter-se flexível e adaptado aos imprevistos em um mundo que muda a todo tempo? Se a educação, em seu sentido amplo, deve preparar as pessoas para reagirem aos acontecimentos futuros, como argumenta Lukács (2013), em uma sociedade amplamente globalizada, a educação deveria capacitá-los a se reinventar a cada dia? Talvez esteja aí o sentido tão destacado do empreendedorismo e da ode à flexibilidade. É difundido que os indivíduos precisam estar dispostos a encarar as ‘adversidades’ como oportunidades de investimento e transformação pessoal, não como problemas estruturais da sociedade. Afinal, o problema não são os desafios a que estamos submetidos, mas como reagimos a eles. Assim sendo, conclui-se que “toda atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. A criança mesmo deve ser “empreendedora de seu saber”” (Dardot; Laval, 2016, p. 340).

Sustentado num discurso que apresenta a instabilidade como regra, se constrói uma subjetividade adaptada ao precário de forma que o trabalho não pode mais ser compreendido como algo estável e previsível. Além disso, a inutilidade se torna uma

questão de tempo, caso a adaptabilidade ao mercado não seja renovada. Essa racionalidade neoliberal, a partir de uma condução organizada e estratégica da classe dominante, se difundiu de forma sistemática.

Com a promessa de uma recomposição corpo e mente, a acumulação flexível se espalhou pelo mundo exigindo uma nova conformação psicofísica dos indivíduos. Contudo, essa recomposição só pode ocorrer de forma virtual. Assim como na cisão proporcionada pelo modelo imediatamente anterior, o trabalhador continua alienado do sistema de produção e do seu produto. Trata-se, como defende Alves (2008, p. 326), de mais “uma promessa frustrada do capital como sistema de controle sócio-metabólico, sendo meras spectralidades sociais, promessas irremediavelmente frustradas, sempre repostas como pressupostos negados do sistema produtor de mercadorias” que continuamente dilacera a subjetividade humana. É certo que a produção do capital exige a produção de subjetividades humanas. Contudo, “os tipos humanos, que a sociedade burguesa produz, forma e deforma, têm em si, na mente e no corpo, impressas a marca do fetichismo da mercadoria. A individualidade de classe, na medida em que é a negação da individualidade pessoal, tensiona ao limite de sua própria negação a subjetividade humana” (Alves, 2008, p. 225). Ou seja, a subjetividade humana no capitalismo é necessariamente uma 'subjetividade em desefetivação'.

A educação financeira vai ao encontro da formação dessa subjetividade neoliberal que constantemente deforma os indivíduos. Como alertam Krawczyk e Zan (2020, *apud* KRAWCZYK; OLIVEIRA, 2021, *on-line*), agora, “cada vez mais se busca, através de discursos psicológicos e morais, a reeducação dos sujeitos com vistas à internalização da racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível”. Em ações como a ENEF nota-se justamente isso: prega-se às pessoas que basta ser racional, controlado, bem-educado com seu dinheiro que sua vida mudará para melhor. Contudo, o que se percebe é uma forte tática de controle, no qual busca-se moldar os indivíduos para que possuam uma mentalidade 'resiliente e empreendedora', com fundamentos do campo da autoajuda, e que é possível escapar das crises estruturais do capital a partir de seu comportamento individual, desconsiderando outros fatores, como desemprego e desmantelamento das políticas sociais, que influenciam tanto esta trajetória (Krawczyk; Oliveira, 2021).

Estamos diante de uma proposta de formação escolar que procura responder a necessidade de lidar com a dialética entre o avanço das forças produtivas e sua adaptação às relações de produção. Para isso, a pedagogia do capital tem como premissa aprofundar o dualismo educacional, expressão em si da própria sociedade de classes. No entanto, ainda que mais tímido do que se deseja, há também uma recusa de parte dos educadores e dos próprios estudantes, que têm se atentado a esse projeto de esvaziamento da educação pública. O desafio é tornar esse mal-estar em movimento organizado para forjar (ou retomar) um projeto de educação popular e que esteja pautado na emancipação humana.

Referências

ALVES, Giovanni. **A subjetividade às avessas**: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. Cad. psicol. soc. trab. [online], vol. 11, n.2, São Paulo, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez; Ed. Unicamp, 1995.

BLYTH, Mark. **Austeridade:** a história de uma ideia perigosa. Tradução de Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017

BRASIL. **Decreto Nº 10.393, de 9 de Junho de 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.393-2020?OpenDocument, acesso em 13/01/2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006.** [Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019 (Vigência)] Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5685.htm, acesso em 13/01/2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.** [Revogado pelo Decreto nº 10.393, de 2020] Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília: 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm, acesso em 13/01/2024.

BRASIL. **ENEF** – Plano Diretor. Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf> Acesso em 20/12/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Vida e Dinheiro**, S.D. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em 10/09/2023.

BRITO, Reginaldo. **Educação Financeira:** uma pesquisa documental crítica. Juiz de Fora (MG): 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. A lógica hegemônica do capital fictício. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, edição 278, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade:** revista de cultura política. v.1, n.3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo. Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. **Aurora** (Revista Eletrônica), ano IV, nº 6, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>, acesso em 13/01/2024.

CEMLA – Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos. **Fundación y Funciones.** Ciudad de México, México: CEMLA, 2023. Disponível em: <https://www.cemla.org/acerca.html>. Acesso em 13/01/2024.

CNNBRASIL. **Proporção de endividados fica em 77,4%, diz CNC**; inadimplentes vão ao maior nível em 10 meses. 2021. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/proporcao-de-endividados-fica-em-774-diz-cnc-inadimplentes-vao-ao-maior-nivel-em-10-meses/#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20fam%C3%ADias%20endividas,Servi%C3%A7os%20e%20Turismo%20\(CNC\)](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/proporcao-de-endividados-fica-em-774-diz-cnc-inadimplentes-vao-ao-maior-nivel-em-10-meses/#:~:text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20fam%C3%ADias%20endividas,Servi%C3%A7os%20e%20Turismo%20(CNC).). Acesso em 03/12/2023

CUNHA, Márcia. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/L9qwW5jc6b5qrFgXDbgyxt/>, acesso em 13/01/2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017**. 2017 Disponível em: https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202017_final.pdf Acesso em 15/10/2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 4. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 21ª Ed. São Paulo: Loyola, 2011.

KRAWCZYK, Nora; OLIVEIRA, Tatiana de. Quando a escola ensina a submissão financeira. **Outras Palavras**, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/quando-a-escola-ensina-a-submissao-financeira/>. Acesso em 03/12/2023.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OCDE. **Educación Financiera**: Temas y Desafíos para América Latina. Conferencia Internacional OCDE – Brasil sobre Educación Financiera. Rio de Janeiro: Diciembre 15-16, 2009a. [Apresentação em PowerPoint]. Disponível em: <https://web-archive.oecd.org/2012-06-14/110947-44264471.pdf>. Acesso em: 13/01/2024.

OCDE. Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies. **Financial Market Trends**, No. 89, november, 2005a. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_fmt-v2005-art11-en#page6. Acesso em: 21/04/2023.

OCDE. OECD's Financial Education Project. In: **Financial Market Trends**, No. 87, October, 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>. Acesso em: 21/04/2023.

OCDE. **PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century** (Volume VI), PISA, OECD Publishing, 2014.

OCDE. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, 2005b. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/IPTI%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 20/04/2023.

OCDE. The Brazilian work on a National Strategy for Financial Education, 2009b. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/44265293.pdf>. Acesso em: 20/04/2023.

PAINCEIRA, Juan Pablo; CARCANHOLO, Marcelo. Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. In: **Anais do XXVII Congresso da ALAS**, Associação Latino-americana de Sociologia, Buenos Aires. 2009.

PAULANI, L. A Crise do Regime de Acumulação com Dominância da Valorização Financeira e a Situação do Brasil. **Revista de Estudos Avançados**, v.23, n. 66, 2009.

Submetido em: 11/12/2023

Aprovado em: 12/01/2024

Publicado em: 27/03/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)